



Estudo 2015

---

## Análise Comparativa à Filosofia, à Ideologia e aos Princípios de Atuação das Associações Sindicais e Patronais

© OPBPL – Novembro de 2009 e Março de 2015  
<http://opbpl.cies.iscte-iul.pt>

---

O OPBPL é uma Organização Zero\_CO2 | *OPBPL is a CO2\_Neutral Organization*



# Resumo

---

Neste Estudo é elaborada uma análise comparativa à Filosofia, à Ideologia e aos Princípios de Atuação das Associações Sindicais e Patronais portuguesas.

A partir de uma análise de conteúdo aos documentos Estatutários são caracterizadas as três principais Confederações Sindicais (CGPT, UGT e USI) e as seis principais Associações e Confederações Patronais (CAP, AIP-CE, CIP, CCP, CTP e AEP). O Estudo constitui uma base de trabalho para um entendimento mais aprofundado do papel destes atores sociais coletivos no sistema português de relações laborais.

# Índice

---

## CONFEDERAÇÕES SÍNDICAIS

1   Filosofia -----	04
2   Ideologia de Base-----	05
3   Princípios de Atuação -----	06

## CONFEDERAÇÕES PATRONAIS

4   Filosofia -----	08
5   Ideologia de Base -----	10
6   Princípios de Atuação -----	12

# CONFEDERAÇÕES SINDICAIS

	CONFEDERAÇÕES SINDICAIS		
	CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional)	UGT (União Geral de Trabalhadores)	USI (União dos Sindicatos Independentes, Confederação Sindical)
<i>Página Oficial</i>	<a href="http://www.cgtp.pt/">http://www.cgtp.pt/</a>	<a href="http://www.ugt.pt/">http://www.ugt.pt/</a>	<a href="http://www.usi.pt/">http://www.usi.pt/</a>
<b>Filosofia</b>	Promoção de uma sociedade mais justa e fraterna sem exploração do Homem pelo Homem	Contribuição para a edificação de uma sociedade mais igualitária, justa e livre	Defesa da supressão das injustiças sociais e económicas existentes na sociedade
	Desenvolvimento nos trabalhadores de uma consciência de classe, sindical e política	Trabalho no sentido da consecução de uma democracia social e económica	Intervenção com propósitos responsáveis e construtivos
	Defesa dos direitos, interesses e aspirações individuais e colectivas dos trabalhadores	Solidarização para com as acções de organizações democráticas representativas de trabalhadores	Diálogo positivo e eficaz com todos os actores sociais
	Emancipação cívica, económica, social e cultural dos trabalhadores	Defesa de uma política de negociação livre que assente no respeito mútuo e na boa fé negocial	Promoção de uma associação sindical que se fundamente na democracia, liberdade e independência
	Defesa da unidade orgânica do movimento sindical e combate das acções tendentes à sua divisão	Contribuição para o fortalecimento do movimento sindical democrático, livre e independente	Contribuição para a credibilização e elevação do sindicalismo

	CONFEDERAÇÕES SINDICAIS		
	CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional)	UGT (União Geral de Trabalhadores)	USI (União dos Sindicatos Independentes, Confederação Sindical)
<b>Ideologia de Base</b>	Reconhecimento do papel da luta de classes na evolução histórica da Humanidade	Possibilidade de organização dos trabalhadores em formas próprias de expressão sindical	Rejeição da pretensão hegemónica da CGTP-IN e UGT em representarem os Trabalhadores Portuguesas
	Assunção como organização sindical de classe de oposição ao sistema capitalista e à propriedade privada expressiva	Aceitação da diversidade de concepções ideológicas, políticas ou sociais	Ocupação de um espaço sindical próprio caracterizado por uma efectiva independência e autonomia
	Promoção de um sindicalismo de massas assente na solidariedade, unidade, intervenção e transformação	Respeito pela completa autonomia das Associações Sindicais filiadas	Ligação permanente aos seus associados, rejeitando qualquer tipo de sindicalismo de cúpula
	Pretensão de representação dos interesses individuais e colectivos dos assalariados (sindicalizados ou não)	Independência face ao Estado, Partidos e Patronato	Defesa da solidariedade sindical no respeito pelas especificidades existentes
	Autonomia face ao Estado, Partidos e Patronato	Recusa da instrumentalização político-partidária	Independência face a políticas partidárias

	CONFEDERAÇÕES SINDICAIS		
	CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional)	UGT (União Geral de Trabalhadores)	USI (União dos Sindicatos Independentes, Confederação Sindical)
<b>Princípios de Atuação</b>	Participação na elaboração da legislação do trabalho e insistência num direito de contratação colectiva sem excepções	Participação na elaboração da legislação social e do trabalho e insistência na livre negociação colectiva	Análise crítica de problemas laborais, sociais e sindicais
	Actuação na definição das políticas de rendimentos, tendo como referencial o aumento do poder de compra	Atenção ao cumprimento de convenções e recomendações advindas da Organização Internacional do Trabalho	Participação na elaboração da legislação do trabalho
	Valorização do trabalho e dignificação dos trabalhadores e de todas as dimensões relativas à sua vida	Promoção da dignificação do trabalho e dos trabalhadores e das suas condições de vida	Participação em matéria de fixação de condições de trabalho
	Redução progressiva da duração do tempo de trabalho e fixação de horários conciliadores com a vida privada	Valorização da dimensão social da empresa, visando a estabilidade democrática das relações e a participação	Actuação nas questões relacionadas com a higiene, segurança e saúde nos locais de trabalho
	Promoção da dimensão social da empresa, permitindo a democracia e a realização pessoal e profissional	Defesa do direito à escolha e acesso ao trabalho e sua segurança	Fiscalização da aplicação de leis do trabalho e de acordos estabelecidos
	Prossecação de um sistema de segurança, higiene e saúde que melhore as condições de trabalho	Promoção do combate às desigualdades salariais fundamentadas em factores discriminatórios	Acção em prol da dignificação do trabalhador e do trabalho por si executado
	Defesa do direito à escolha e acesso ao trabalho e sua segurança	Trabalho em prol da manutenção e desenvolvimento dos direitos de grupos sociais vulneráveis	Defesa da estabilidade do emprego

	Promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres	Atenção à reconversão e reciclagem profissionais, de modo a minimizar o desemprego tecnológico e o subemprego	Participação em iniciativas que possibilitem a valorização profissional, social e cultural dos trabalhadores
	Valorização profissional dos trabalhadores e do direito e liberdade de informação e opinião	Valorização da Economia Social	Prestação de serviços de ordem económica, social, cultural e recreativa a sócios

# CONFEDERAÇÕES PATRONAIS

	ASSOCIAÇÕES e CONFEDERAÇÕES PATRONAIS					
	CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal)	AIP-CE (Associação Industrial Portuguesa - Confederação Empresarial)	CIP (Confederação da Indústria Portuguesa)	CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal)	CTP (Confederação do Turismo Português)	AEP (Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria)
<i>Página Oficial</i>	<a href="http://www.cap.pt/">http://www.cap.pt/</a>	<a href="http://www.aip.pt/">http://www.aip.pt/</a>	<a href="http://www.cip.org.pt/">http://www.cip.org.pt/</a>	<a href="http://www.ccp.pt/">http://www.ccp.pt/</a>	<a href="http://confederacaoturismoportugues.pt/">http://confederacaoturismoportugues.pt/</a>	<a href="http://www.aeportugal.pt/">http://www.aeportugal.pt/</a>
<b>Filosofia</b>	Assunção como Organização Sócio-Profissional Agrícola	Assunção como Parceiro Económico Nacional	Actuação responsável, idónea e coerente na defesa e protecção dos direitos dos Empresários	Dinamização do Associativismo e do Empreendedorismo no Comércio e nos Serviços	Assunção como Organização credível, flexível, eficiente e com capacidade de intervenção	Assunção de um alto profissionalismo, de um posicionamento crítico e construtivo e de propostas credíveis
	Promoção de análises e debates com os Parceiros Sociais acerca de políticas económicas e sociais	Relacionamento com Entidades Nacionais, Estrangeiras e Internacionais, Públicas, Para-Públicas e Privadas	Trabalho em prol do aumento da produtividade e competitividade das Empresas	Interlocação entre o Empresariado e o Governo, Administração Pública, Sistema de Ensino e Comunidade Financeira	Trabalho em prol da competitividade da Actividade do Turismo	Contribuição com competências e capacidades técnicas para a potenciação da competitividade das Empresas
	Defesa de uma vida digna e de qualidade para todos os	Colaboração activa com a Administração	Contribuição para o crescimento da Economia e para a	Representação do Comércio e dos Serviços enquanto vectores do	Contribuição para o estabelecimento de quadros de apoio	Afirmação como Instituição representativa da



Agricultores que desejem manter a sua actividade	Pública (Central, Regional ou Local) sempre que tal for solicitado ou proposto	criação de postos de trabalho	Sector Terciário	favoráveis ao desenvolvimento do Turismo	Comunidade Empresarial Portuguesa
Representação das Actividades Confederadas junto de todas as Entidades Públicas, Privadas ou Sindicais	Representação dos Associados junto de Organismos e Serviços (Oficiais ou Particulares)	Promoção de um espírito de solidariedade e apoio entre os Membros Filiados	Representação dos Associados perante Organismos Patronais e Sindicais nacionais e estrangeiros	Representação dos interesses dos Associados junto de Entidades Públicas ou Privadas (internas ou externas)	Promoção do papel do Associativismo Empresarial
Relação próxima e permanente que permita auscultar os problemas e necessidades da Agricultura Nacional	Promoção do relacionamento, entendimento, colaboração e solidariedade entre Associados	Promoção da responsabilidade social das Empresas	Promoção do espírito de convergência e solidariedade entre os Associados	Promoção de um espírito de coesão, solidariedade e subsidiariedade entre os Associados	Trabalho em prol da dinamização do espírito e capacidade dos Associados e da sua concertação

	<b>ASSOCIAÇÕES e CONFEDERAÇÕES PATRONAIS</b>					
	<b>CAP</b> (Confederação dos Agricultores de Portugal)	<b>AIP-CE</b> (Associação Industrial Portuguesa - Confederação Empresarial)	<b>CIP</b> (Confederação da Indústria Portuguesa)	<b>CCP</b> (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal)	<b>CTP</b> (Confederação do Turismo Português)	<b>AEP</b> (Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria)
<b>Ideologia de Base</b>	Atenção à preservação dos recursos naturais	Incrementação do progresso económico, organizativo, técnico, comercial, associativo, social e cultural do País	Assunção de um modelo de desenvolvimento assente na Economia de Mercado	Contribuição para o desenvolvimento do País	Valorização das condições naturais do País e defesa da preservação e utilização sustentada dos recursos ambientais	Reflexão crítica relativamente à evolução da Economia Mundial, do Comércio Global e da Tecnologia
	Promoção do desenvolvimento rural	Consecução de um desenvolvimento sustentável por parte das Actividades Económicas Portuguesas	Defesa do Sector Privado e da livre iniciativa e da transferência de funções do Estado para a Esfera Empresarial	Trabalho em prol do desenvolvimento de um Contrato Social mobilizador e modernizador	Propugnação pelo desenvolvimento da Economia em geral e da Actividade do Turismo em particular	Contribuição para o desenvolvimento e internacionalização da Economia Portuguesa
	Defesa dos interesses da Agricultura Portuguesa nos vários domínios em que esta se manifeste	Defesa dos legítimos direitos dos Associados	Consecução de um equilíbrio financeiro por parte do Estado através da contenção da despesa pública	Propugnação pela dignificação das Entidades Associativas e Empresariais do Sector Terciário	Assunção como Organismo de cúpula do Associativismo Empresarial do Turismo	Representação da Comunidade Empresarial junto do Poder Político e da Administração Pública
	Actuação no sentido de alertar e empenhar o Governo para a concretização de	Trabalho em prol dos interesses individuais e colectivos a	Promoção da simplificação e eficiência dos Sistemas Fiscais e	Defesa dos interesses dos seus Associados a nível nacional e internacional	Contribuição para a definição da Política de Turismo	Consecução de uma participação activa e constante dos Empresários ao nível

	infra-estruturas essenciais	alcançar	Judiciais			da tomada de decisões
	Promoção da democracia interna e independência face ao Estado	Prestação de um apoio prioritário às Pequenas e Médias Empresas	Promoção da democracia interna e independência face a poderes ou grupos de pressão	Promoção de iniciativas que contribuam para o progresso e reforço da imagem do Sector	Promoção da democracia interna e independência face ao Estado	Promoção da independência económica e financeira nas acções desenvolvidas

	ASSOCIAÇÕES e CONFEDERAÇÕES PATRONAIS					
	CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal)	AIP-CE (Associação Industrial Portuguesa - Confederação Empresarial)	CIP (Confederação da Indústria Portuguesa)	CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal)	CTP (Confederação do Turismo Português)	AEP (Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria)
<b>Princípios de Atuação</b>	Intervenção em negociações colectivas de trabalho	Defesa das posições dos Empresários junto de Instâncias Nacionais, Comunitárias e Internacionais	Propugnação pelo pagamento atempado das dívidas do Sector Público às Empresas	Intervenção em relações colectivas de trabalho	Intervenção em negociações colectivas de trabalho	Intervenção como Parceiro privilegiado na discussão de assuntos relevantes para a Economia Portuguesa
	Celebração de convenções colectivas de trabalho	Apoio na prossecução de uma eficácia funcional	Incentivo à desburocratização e simplificação administrativa	Assunção de acordos de cooperação	Celebração de convenções colectivas de trabalho	Defesa dos interesses da Comunidade Empresarial Portuguesa
	Trabalho em prol da formação profissional e empresarial dos Empresários Agrícolas, em especial dos mais jovens	Contribuição para o progresso dos Associados nos domínios económico, organizativo, técnico, comercial e social	Intervenção em negociações colectivas de trabalho (em matérias laborais, de salários e de segurança, higiene e saúde)	Actuação junto de Entidades Públicas em prol da consecução dos interesses do Sector Terciário	Contribuição para a divulgação, promoção e inovação de produtos e serviços associados à Actividade do Turismo	Desenvolvimento de acções de fomento dos Produtos e Serviços Portugueses
	Trabalho em prol da formação de Dirigentes e Técnicos de Organizações de Agricultores	Promoção de feiras, certames, exposições, conferências e colóquios relacionados com os Associados	Celebração de convenções colectivas	Pronunciamento acerca de medidas legislativas relevantes para o progresso do Sector	Cooperação com Entidades Públicas ou Privadas no sentido de serem realizadas iniciativas de interesse mútuo	Promoção de negócios e investimentos e de Missões Empresariais

	ASSOCIAÇÕES e CONFEDERAÇÕES PATRONAIS					
	CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal)	AIP-CE (Associação Industrial Portuguesa - Confederação Empresarial)	CIP (Confederação da Indústria Portuguesa)	CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal)	CTP (Confederação do Turismo Português)	AEP (Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria)
<b>Princípios de Atuação (cont.)</b>	Promoção e apoio à investigação tecnológica	Divulgação da Actividade Empresarial Nacional e colocação de produtos e serviços nos Mercados Interno e Externo	Adaptação da Legislação Laboral a novas realidades económicas e sociais (não compatíveis com a rigidez prevalente)	Promoção da formação profissional no Sector	Participação na criação e funcionamento de Organismos Especializados	Organização de feiras, exposições e congressos
	Promoção, formação e assistência no âmbito da aplicação de técnicas de produção ou protecção integradas	Trabalho em prol da formação profissional, empresarial e cultural dos Associados	Flexibilização do trabalho de modo a permitir uma correcta gestão empresarial	Elaboração de estudos	Promoção da formação profissional	Divulgação e promoção da Ciência e Tecnologia
	Encaminhamento de problemas e necessidades agrícolas para análises técnicas e estudos especializados	Promoção da investigação tecnológica	Promoção de um ensino e formação profissional consonantes com as reais necessidades do Mercado de Trabalho	Participação na criação e gestão de instrumentos empresariais ou institucionais	Elaboração de diagnósticos e pareceres e sua divulgação	Promoção do ensino e da formação profissional (incluindo os estudos superiores em Ciências Empresariais)
	Organização e manutenção de serviços de interesse para os Empresários Agrícolas e para a	Estudo de problemas inerentes ao desenvolvimento da Economia Nacional	Estudo e divulgação de temas cuja correcta perspectivação contribua para o	Organização e desenvolvimento de serviços destinados aos Associados	Promoção de estudos e debates úteis ao desenvolvimento, modernização e	Atenção à capacidade de adaptação atempada das Empresas e incentivo ao seu potencial de

	Agricultura em geral		desenvolvimento dos Filiados		competitividade da Actividade do Turismo	inovação
	Prestação de apoio e assistência técnica, económica e jurídica	Prestação de serviços de assessoria em matéria económica, tecnológica, formativa e associativa	Prestação de apoio e assistência técnica, económica e jurídica às Entidades Filiadas	Prestação de serviços de assessoria objectivando o reforço da capacidade de actuação das Empresas do Sector	Prestação de serviços de informação, formação e assessoria técnica, económica, jurídica e de gestão	Prestação de apoio e serviços técnicos, económicos e jurídicos às Empresas



## Política Ambiental

Os Estudos publicados pelo Observatório Português de Boas Práticas Laborais (OPBPL) são livres de CO<sub>2</sub>; todas as práticas laborais do OPBPL respeitam o ambiente e orientam-se para a sustentabilidade



| [www.off7.pt](http://www.off7.pt)